



Ministério da Cultura  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN  
Departamento do Patrimônio Imaterial

Parecer nº. 139/DPI/ IPHAN/ MinC  
Processo nº 01450.011377/2012-09

IPHAN/PROTOK.SEDE  
01450.012482/2016-81  
/ /2016



1377334

Assunto: Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil da **Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi**.

**Ao Coordenador de Identificação e Registro do Departamento do Patrimônio Imaterial**

Trata-se de parecer conclusivo da Comissão de Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil da **Arte Kusiwa: Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi**<sup>1</sup> no âmbito do processo administrativo nº 01450.011377/2012-09.

Conforme disposto no artigo 13º da Resolução nº 001, de 18 de Julho de 2013, este parecer *analisará a documentação acumulada, avaliará o bem cultural em tela e a pertinência da revalidação do seu título de Patrimônio Cultural do Brasil considerando, sobretudo, a continuidade do bem enquanto referência cultural (...) que constitui para a memória e a identidade da comunidade detentora.*

### 1. Dos requisitos legais para a Revalidação

O processo de Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil da **Arte Kusiwa: Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi** foi instaurado consoante o previsto no Decreto

<sup>1</sup> Encaminhado ao Iphan em 2002 pelo Conselho das Aldeias Waiãpi - APINA, o pedido de Registro original menciona apenas o desejo de ver reconhecida a "arte *kusiwa*" como uma forma de expressão. No ofício do Museu do Índio que segue juntamente ao da APINA reforçando o pedido de Registro, é mencionado apenas o "*Kusiwa*" como objeto do reconhecimento. Na tramitação interna do processo, no Iphan, é que se começa a falar em "Registro da Arte Kusiwa, pintura corporal e arte gráfica Wajãpi". Em função da documentação apresentada durante a instrução do processo de Registro, surge algumas vezes o título "Arte Kusiwa 'Cosmologia e linguagem gráfica Wajãpi'". As duas denominações aparecem no texto do Aviso publicado no DOU de 23/10/2002, tendo sido o título "Arte Kusiwa - pintura corporal e arte gráfica Wajãpi" adotado pelo Conselho Consultivo, a partir do parecer do Conselheiro Pedro Ignácio Schmitz, na ocasião da reunião de 02/12/2002, na qual ocorreu o Registro.

Paralelamente ao processo de Registro, ocorreram também tratativas para a inscrição da Arte Kusiwa na Lista Representativa do Patrimônio Imaterial da UNESCO, que, por fim, em 2008, foi inscrita com o título "*Oral and graphic expressions of the Wajapi*" (Expressões gráficas e orais dos Wajapi).

RECEBIDO  
M. 15/12/16  
S. 17/00 hs

*[Assinaturas manuscritas]*



**EM BRANCO**

Handwritten marks or numbers in the top right corner.



Handwritten marks or numbers in the bottom left corner.

Handwritten marks or numbers in the bottom right corner.

3.551/2000 e na Resolução Iphan nº 01/2006, no ano de 2012; decorridos, portanto, dez anos do Registro do bem como Patrimônio Cultural do Brasil no Livro das Formas de Expressão, decisão proferida em 20 de dezembro de 2002 pelo Conselho Consultivo do IPHAN em sua 38ª reunião (processo administrativo nº 01450.000678/2002-27).

Cumprir observar que os parâmetros e procedimentos a serem adotados em processos administrativos de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil foram estabelecidos com a aprovação da Resolução nº 01 de 01 de julho 2013 pelo Conselho Consultivo deste Iphan, ou seja, em momento posterior ao início das atividades relativas ao presente processo de Revalidação.

Entretanto, importa ressaltar que a observância dos princípios e objetivos da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Unesco e do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI nas ações de salvaguarda e na produção de documentação sobre o bem cultural, associada aos debates técnicos que já vinham sendo institucionalmente realizados no Iphan quanto aos procedimentos necessários à Revalidação, propiciaram que as atividades relativas ao presente processo ocorressem em total conformidade com aquilo que posteriormente viria a ser disposto na referida Resolução.

As atividades necessárias à Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil da Arte Kusiwa tiveram início com o levantamento dos materiais relativos ao bem cultural junto às Coordenações-Gerais deste Departamento do Patrimônio Imaterial - DPI e à Superintendência do Iphan no Amapá.<sup>2</sup>

Em 1º de outubro de 2012, o Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI informou ao Conselho das Aldeias Wajãpi – APINA, representação indígena proponente do Registro da Arte Kusiwa: Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi, sobre a abertura do processo de Revalidação deste bem cultural. Em 28 de fevereiro de 2013, a Superintendência do Iphan no Amapá solicitou à APINA a “manifestação formal do povo Wajãpi sobre a revalidação do título”, com cópia às duas outras entidades representativas, Associação Wajãpi, Terra, Ambiente e Cultura – AWATAC e Associação dos Povos Indígenas Wajãpi do Triângulo do Amapari – APIWATA.

Em 30 de abril do mesmo ano, os Wajãpi entregam à Superintendência do Iphan no Amapá o documento intitulado “Declaração do Povo Wajãpi sobre os 10 anos de registro de sua arte gráfica Kusiwa”, com a anuência para a revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil, explicitando que:

[...] durante a Assembléia Geral do Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina, que ocorreu de 26 a 28 de abril de 2013, foi discutido que a revalidação do registro do plano de Salvaguarda vai continuar fortalecendo e valorizando nossa cultura que sabemos muito

<sup>2</sup> Ver Anexo 1 - Materiais levantados e fontes consultadas.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

EM BRANCO

importante. Então reivindicamos novamente para o nosso parceiro IPHAN/Minc que continue nos apoiando e ajudando como vem fazendo durante esses últimos anos. De acordo com o nosso modo de vida Wajãpi, precisamos que as Políticas Públicas nos atendam de acordo com os nossos interesses e sem atrapalhar o nosso modo de vida. Em nome do povo Wajãpi estamos agradecendo fortemente ao nosso parceiro IPHAN e a UNESCO, que registrou o Kusiwa como Patrimônio Cultural do Brasil e da Humanidade.

Documento às fls. 214 a 224 do processo nº 01450.011377/2012-09.

Tal documento, produzido durante Assembleia realizada na Terra Indígena Wajãpi, é acompanhado de um abaixo-assinado composto por 81 assinaturas, dentre as quais, 27 são de “chefes” de aldeia<sup>3</sup>. Outras lideranças indígenas também assinaram o documento como representantes das associações, professores, pesquisadores e agentes de saúde.

Tendo em vista a substancial representatividade e legitimidade da referida anuência concedida pelos Wajãpi à Revalidação do Registro da Arte Kusiwa, consideramos que foi atendido de maneira satisfatória o preconizado no Artigo 8º da Resolução nº 01/2013, que prevê que as Superintendências do IPHAN solicitem “*declaração formal de representante de comunidade produtora do bem, ou de seus membros, expressando o interesse e a anuência quanto à Revalidação*”.

A Comissão para avaliação da documentação processada, acompanhamento da instrução desse processo e emissão desse parecer técnico foi instituída por meio da Portaria nº 341 de 26 de julho de 2013 e sofreu subsequentes alterações de seus integrantes (conforme documentação constante às fls. 248 a 255 do processo nº 01450.011377/2012-09).<sup>4</sup>

Desse modo, considerando todos os aspectos acima expostos, entendemos que estão contemplados os requisitos formais previstos para instrução deste processo em conformidade com o estabelecido da Resolução nº 01/2013, a qual dispõe sobre processo administrativo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil dos bens culturais Registrados, tanto no que se refere aos procedimentos preconizados (artigos 3º a 8º) quanto à formação desta Comissão temporária (artigos 9º e 10º).

<sup>3</sup> Conforme explicitado pelos próprios Wajãpi no documento “Protocolo de Consulta e Consentimento Wajãpi”: “Não existe um cacique geral de todos os Wajãpi. Nós não somos um grupo só, somos muitos grupos. Cada grupo familiar tem um chefe, e um chefe não manda no outro chefe. Nenhum chefe representa todos os Wajãpi. Quem decide as coisas que afetam todos os Wajãpi é o conjunto dos representantes de todas as aldeias, conversando entre si. Nós temos três organizações: o Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina, a Associação dos Povos Indígenas Wajãpi do Triângulo do Amapari (Apiwata) e a Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura (Awatac). Essas organizações ajudam os chefes, mas não tomam decisões sozinhas.” A íntegra do Documento pode ser acessada online em: [http://www.institutoiepe.org.br/media/livros/2014\\_protocolo\\_consulta\\_consentimento\\_wajapi.pdf](http://www.institutoiepe.org.br/media/livros/2014_protocolo_consulta_consentimento_wajapi.pdf)

<sup>4</sup> Os atuais membros desta Comissão de Revalidação foram indicados em 06 de abril de 2015 e formalmente nomeados em 23 de julho de 2016.

IPHAN  
Fls.: 639  
querubica

Dm

Shofina

EM BRANCO



Assim, o presente parecer apresenta uma avaliação de toda documentação reunida e gerada a partir da instauração do presente processo de forma a subsidiar a decisão do Conselho Consultivo do Iphan quanto à revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil à Arte Kusiwa: Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi. Encontram-se apensados ao processo administrativo todos os documentos que subsidiaram esta análise a partir da comparação da documentação produzida à época do Registro com documentos referenciais reunidos e produzidos pelo IPHAN ao longo da atuação em prol da salvaguarda do bem Registrado e com os resultados de projeto de pesquisa e mobilização desenvolvido com os Wajãpi em parceria com a Sociedade de Amigos do Museu do Índio-SAMI entre os anos de 2013 e 2015, o qual teve por objetivo a atualização de documentação etnográfica sobre o bem cultural para a sua Revalidação.

## 2. Avaliação da continuidade do bem cultural

No ano de 2002, quando foi inscrita no Livro das Formas de Expressão e recebeu o título de Patrimônio Cultural do Brasil, a “Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi” foi descrita da seguinte maneira em sua Certidão de Registro:

*Trata-se de um sistema de representação, uma linguagem gráfica dos índios Wajãpi do Amapá, que sintetiza seu modo particular de conhecer, conceber e agir sobre o universo. O sistema gráfico kusiwa opera como um catalisador para a expressão de conhecimentos e de práticas que envolvem desde relações sociais, crenças religiosas e tecnologias até valores estéticos e morais. O excepcional valor desta forma de expressão está na capacidade de condensar, transmitir e renovar – através da criatividade dos desenhistas e narradores – todos os elementos particulares e únicos de um modo de pensar e de estar no mundo, próprio dos Wajãpi do Amapá. A linguagem kusiwa é uma forma de expressão complementar aos saberes transmitidos oralmente, a cada nova geração, e compartilhados por todos os membros do grupo. É um conhecimento que se encontra principalmente nos relatos orais que este grupo indígena, hoje com quinhentos e oitenta indivíduos, continua a transmitir aos seus filhos e que explicam como surgiram as cores, os padrões dos desenhos e as diferenças entre as pessoas. A arte gráfica e a arte verbal dos wajãpi lhes permite agir sobre múltiplas dimensões do mundo: sobre o visível e o invisível, sobre o concreto e sobre o mundo ideal. Não se trata de um saber abstrato e sim de uma prática, que é permanentemente interativa, viva e dinâmica. A arte Kusiwa se expressa em desenhos e pinturas de corpos e objetos, a partir de um repertório definido de padrões gráficos e suas variantes, que representam, de forma sintética e abstrata, partes do corpo ou da ornamentação de animais, como sucuris, jibóias, onças, jabotis, peixes, borboletas; e objetos, como limas de ferro e bordunas. Com denominações próprias, os padrões gráficos podem ser combinados de muitas maneiras diferentes, que não se repetem, mas são sempre reconhecidos pelos Wajãpi como kusiwa. Trata-se de um acervo cultural que se transforma de forma dinâmica, com a inclusão de novos elementos, enquanto outros podem entrar em desuso ou se modificar através de suas variantes. O livro “Kusiwa: pintura corporal e arte gráfica wajãpi”, anexo do processo administrativo nº 01450.000678/2002-27, de registro deste bem cultural, apresenta exemplares dos vinte e um padrões utilizados hoje pelos Wajãpi do Amapá, com suas variantes mais recorrentes. As pinturas aplicadas no corpo não são tatuagens nem decalques, nem são marcas étnicas ou símbolos rituais. É tradição dos Wajãpi decorar corpos e objetos por prazer estético e desafio criativo. Três tipos de tintas são utilizadas: o vermelho claro é obtido com sementes de urucum amassadas e misturadas com gordura de macaco ou óleo de andiroba; o preto azulado é obtido com a oxidação do suco de jenipapo verde misturado com carvão e o vermelho escuro é uma laca*

*[Handwritten signatures and initials]*

EM BRANCO



preparada com diversas resinas de cheiro e urucum. Muitas vezes, essas tintas são aplicadas em justaposição, ou ainda sobrepostas, como, por exemplo, quando os padrões gráficos são pintados com jenipapo sobre uma camada uniforme de urucum aplicada no rosto e em todo o corpo. Como pincel, utiliza-se finas lascas de bambu – ou de talos de folha de palmeira – sobre as quais são enrolados fios de algodão. Partes do corpo podem ser decorados diretamente com o dedo, ou com chumaços de algodão embebidos de tinta. A pintura corporal é uma atividade do cotidiano, realizada no âmbito familiar. Mulheres pintam seus esposos e vice-versa; namorados pintam-se entre si; as mulheres pintam seus filhos pequenos, após cada banho, de manhã e à tarde, sempre renovando as composições de motivos. Por ocasião das festas, todos exibem uma decoração mais farta, quando a pintura é realçada por colares, bandoleiras e adornos de plumária. A aplicação de padrões gráficos no corpo não está relacionada à posição social, nem existem desenhos reservados para determinadas ocasiões específicas. No entanto, o uso das tintas varia de acordo com o estado de espírito da pessoa: se está de luto, doente ou sadia – e com os efeitos pretendidos pelo tipo de tinta e padrões gráficos utilizados – para atrair, afastar, seduzir ou evitar, para se esconder ou se mostrar, e assim por diante. A Arte Kusiwa, antes reservada apenas ao corpo, está sendo aplicada pelos Wajãpi a um conjunto variado de suportes. Fazem desenhos nas peças de cerâmica destinadas à venda, decoram suas cuias com motivos incisos, utilizados também na tecelagem de bolsas e tipóias e no trançado de seus cestos. O uso do papel e de canetas coloridas constitui-se num campo novo e muito apreciado para esta expressão cultural. Esta descrição corresponde à síntese do conteúdo do processo administrativo nº 01450.000678/2002-27 e Anexos, no qual se encontra reunido o mais completo conhecimento sobre este bem cultural, contido em documentos textuais, bibliográficos e audiovisuais.

Assim, a Arte Kusiwa é referência cultural para os Wajãpi na medida em que seus usos e representações são transversais a todo o universo cultural Wajãpi. Seu valor para os indígenas transborda a estética e comunica questões de cosmologia, saúde, comunicação com o universo dos seres não visíveis aos humanos comuns, além de demarcar uma fronteira étnica entre os seres humanos e não humanos.

A pesquisa que gerou a produção de conhecimento etnográfico por pesquisadores indígenas wajãpi sobre o Registro e seus impactos, desenvolvida para fins de Revalidação pela Sociedade de Amigos do Museu do Índio – SAMI<sup>5</sup>, demonstrou que a manifestação cultural denominada Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi conserva suas características, narrativas cosmológicas e saberes associados de forma muito semelhante ao descrito no Dossiê de Registro de 2002.

As modificações ocorridas na dinâmica do bem cultural nos últimos anos, conforme descritas na referida pesquisa, cujos principais elementos serão apontados na avaliação apresentada neste parecer, estão intrinsecamente correlacionadas às inexoráveis transformações culturais decorrentes da própria trajetória histórica desse grupo indígena nas relações conformadas com a sociedade envolvente e às estratégias de enfrentamento de ameaças para a manutenção de suas

<sup>5</sup> De forma a desenvolver a presente análise comparativa a partir de dados de campo atualizados o DPI/Iphan estabeleceu parceria com a Sociedade de Amigos do Museu do Índio - SAMI para o desenvolvimento de pesquisa que respondesse ao roteiro básico de pesquisa para reavaliação do bem cultural imaterial (anexo da Resolução 001/2013).

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

EM BRANCO

práticas culturais apontadas há mais de uma década no dossiê de Registro do bem cultural. Tais estratégias continuam presentes no cotidiano dos indivíduos wajãpi e afetam diretamente o processo de fortalecimento do seu modo de vida tradicional, o *jane reko*, tais como a adequada gestão e proteção do seu território tradicional, a proteção de suas expressões culturais do uso e exploração inadequados pelos não-índios e o preconceito e a intolerância que ainda persistem, apesar dos impactos positivos das ações do Plano de Salvaguarda Wajãpi desenvolvidas nos últimos anos.

### 3. Análise comparativa da documentação: o Registro e a Salvaguarda em perspectiva

Considerando o disposto no artigo 11 da Resolução nº 01/2013, passa-se agora à análise comparativa dos materiais levantados e produzidos para fins de instrução do presente processo com a documentação produzida para outorga do título (Processo de Registro, em especial o dossiê de Registro).

O conjunto desses documentos contempla tanto o material oriundo da pesquisa da SAMI para fins de Revalidação do título de Patrimônio Cultural à Arte Kusiwa do Povo Wajãpi do Amapá como também documentos técnicos produzidos e reunidos pela Superintendência do IPHAN no Amapá e pela Coordenação Geral de Salvaguarda ao longo da última década. Esses documentos são de natureza diversa: relatórios de monitoramento e acompanhamento técnico de atividades de salvaguarda, relatórios de cumprimento de objeto de convênios, artigo publicado em anais de seminário internacional sobre a transmissão de conhecimentos tradicionais, levantamento detalhado das ações e atividades de apoio e fomento realizadas, análise etnográfica do processo de salvaguarda, publicações sobre a cultura wajãpi, dentre outros.

Destacam-se os resultados da etnografia produzida sobre a salvaguarda do bem Registrado entre os anos de 2002 e 2011,<sup>6</sup> no escopo de projeto de desenvolvimento e implementação da metodologia de monitoramento e avaliação da salvaguarda de bens Registrados pelo Iphan, realizado por este DPI com apoio da Unesco. Este material, juntamente com o produzido pela pesquisa da SAMI, contribuiu de forma determinante para uma melhor apreensão geral das ações de apoio e fomento e das principais questões afetas à salvaguarda da Arte Gráfica Kusiwa.

Há que se destacar, entre os materiais existentes no acervo da salvaguarda, as publicações produzidas por pesquisadores e professores wajãpi em sua própria língua, que tem sido utilizadas pelos professores nas escolas indígenas no contexto de ações formativas apoiadas pelo Iphan e por outras instituições parceiras, como o Instituto de Educação e Pesquisa Indígena – Iepé, a Embaixada da Noruega e o próprio Museu do Índio, vinculado à Fundação Nacional do Índio – FUNAI/MJ, entre outras.

<sup>6</sup> Jaenisch, Damiana Bregalda. Arte Kusiwa: pintura corporal e arte gráfica wajãpi. Etnografia da Salvaguarda de um bem registrado como patrimônio cultural do Brasil.

*Da* *Shogunoz* *P. A.*  
6  
*dp*

EM BRANCO

Para instrução técnica deste processo de Revalidação, além da documentação acima mencionada, esta Comissão selecionou alguns documentos que, pelos seus conteúdos, mostraram-se importantes na configuração desta leitura analítica dos efeitos do Registro e do processo de salvaguarda deflagrado a partir do reconhecimento da Arte Kusiwa como Patrimônio Cultural do Brasil. Todos esses documentos serão mencionados e devidamente referenciados ao longo deste Parecer e cópias dos mesmos foram apensadas ao processo administrativo. (às fls. 257 a 352).

Não se pretende aqui retomar ou aprofundar todas as questões temáticas suscitadas nas reflexões existentes em toda a documentação reunida sobre o bem cultural, porém é válido destacar aspectos que já vinham sendo indicados desde o Registro e também nas avaliações sobre as ações de salvaguarda do bem Registrado, novamente abordados pela pesquisa recentemente realizada pela SAMI para “atualização da documentação sobre o bem cultural”. Estes aspectos comuns remetem, principalmente, a questões relativas à proteção de suas expressões culturais, às formas de utilização dos *kusiwarã* (termo utilizado para se referir ao conjunto dos padrões gráficos), à transmissão de saberes sobre a cosmologia wajãpi e às estratégias para manutenção e fortalecimento do *jane reko*, o modo vida tradicional dos Wajãpi no presente.

Vislumbra-se assim a possibilidade de um diálogo de olhares. Há, nos documentos técnicos produzidos pelo Iphan após o Registro, mesmo naqueles produzidos por consultores externos com base em uma metodologia crítica e dialógica de avaliação da política patrimonial, o olhar deste Instituto sobre sua própria atuação ao longo do período. Consta ainda, na documentação recentemente produzida no projeto desenvolvido em parceria com a SAMI, o olhar de pesquisadores e pensadores wajãpi em um processo dialógico conduzido, planejado e proposto por eles próprios que resultou numa avaliação participativa sobre os impactos do Registro e sobre o plano e as ações de salvaguarda realizadas, mesmo ao considerarmos a histórica relação do Museu do Índio em ações junto a esse grupo indígena e o fato de o Iphan haver fomentado o trabalho.

Cumpra ainda ressaltar que a Arte Kusiwa foi um dos primeiros bens culturais de natureza imaterial a ser Registrado no marco do Decreto 3.551/00 e, portanto, atrelado a uma prática institucional em fase de experimentação. Dessa forma, a interpretação acerca do Registro feita pelos Wajãpi e demais instituições e agentes envolvidos, inicialmente, se expressava sem a compreensão exata dos limites e alcances do instrumento legal do “Registro” – o que foi sendo apreendido e consolidado ao longo do desenvolvimento das ações de apoio e fomento ao bem cultural.

Isso fica especialmente evidente quando nos debruçamos sobre a avaliação contida no documento “Arte Kusiwa: pintura corporal e arte gráfica wajãpi. Etnografia da Salvaguarda de um bem registrado como patrimônio cultural do Brasil”, produzido pela antropóloga e consultora

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

EM BRANCO



PRODOC/Unesco-Iphan Damiana Bregalda Jaenisch (fls. 60 a 86 do presente processo). Em um trecho do referido documento, a antropóloga afirma que:

[...] é manifestada na carta encaminhada pelos Wajãpi ao MinC e IPHAN a expectativa de que o Registro viesse, de alguma forma, garantir a proteção do bem cultural inscrito nos livros do IPHAN como uma tradição pertencente aos Wajãpi. Retomo o trecho da carta onde os Wajãpi expressam o interesse de proteger sua arte gráfica a partir do registro:

“Desejamos garantir o respeito e a proteção dessa arte pertencente aos Wajãpi como uma tradição coletiva de nossa cultura. Para isso, é importante que ela seja reconhecida publicamente, no Brasil e em outros países, como uma tradição artística cultural do povo wajãpi. Solicitamos, assim, que isso seja feito através do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criado pelo Decreto nº 3.551 do Presidente da República. O conjunto de padrões Kusiwa é uma forma de expressão da cultura wajãpi”. (Fls 02 e 03, Processo de Registro nº 01450.000678/2002-27).

[...] Imaginava-se que, uma vez registrada junto ao IPHAN, a Arte Kusiwa seria de alguma maneira protegida juridicamente em termos de propriedade intelectual.

Os trabalhos realizados ao longo dos anos por meio das ações de salvaguarda promovidas pelo Iphan com apoio das instituições parceiras, em especial o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – IEPÉ, aprofundaram o debate acerca dessa questão específica junto aos wajãpi e possibilitaram a construção de uma melhor compreensão das possibilidades de atuação do Iphan enquanto instituição responsável pela proteção do Patrimônio Cultural. Da mesma forma, o título de Patrimônio Cultural do Brasil conferido à Arte Kusiwa passou a ser mais bem apropriado enquanto capital político e simbólico para o povo wajãpi.

Assim, a iniciativa da APINA em acionar o Iphan devido a utilização não autorizada de sua arte gráfica com fins comerciais e o desejo claramente explicitado de interrupção do uso não autorizado do Kusiwa por não-indígenas, como na situação descrita no Relatório Final da SAMI em que um famoso designer brasileiro necessitou reparar o dano causado ao patrimônio cultural, representou importante avanço na construção deste senso de preservação do patrimônio pelos seus detentores.

Naquele momento, o Iphan não possuía ainda instrumentos administrativos adequados para o enfrentamento de situações em que o bem cultural era utilizado de forma inadequada e sem a autorização dos próprios detentores. Houve, a partir de então, uma mudança na postura institucional, até então refratária a atuar em questões de propriedade intelectual coletiva. Mesmo que o instrumento do Registro continue não sendo fonte direta de garantias de direitos dessa natureza, a atuação do Iphan na mediação desse tipo de conflito culminou na construção de procedimentos administrativos que passaram a ser adotados em situações similares.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Ver BRAYNER, N. G.. Direitos culturais, afirmação identitária e patrimonialização: a salvaguarda das expressões orais e gráficas dos Wajãpi no Amapá. In: "La transmisión de la tradición para la salvaguardia y conservación del Patrimonio Cultural". Instituto Nacional de Antropología e Historia, México, 2012. Ver

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



EM BRANCO

A partir desse aprendizado comum (dos Wajãpi e do próprio Iphan), nenhuma utilização ou divulgação pode ser feita por terceiros sem o prévio consentimento do grupo. Essa relação gerou uma prática nova pelos representantes indígenas: a análise e autorização de solicitações de uso de imagens e desenhos do Kusiwa (por exemplo, em livros didáticos e outras peças editoriais). Dessa forma, os wajãpi passam a assumir os kusiwarã como um bem coletivo e que deve ser gerido por sua coletividade, ou seja, por suas instâncias de representação, suas associações. Até o presente momento, como consta em recentes decisões de suas Assembleias, os Wajãpi não desejam ver o “seu patrimônio” sendo utilizado comercialmente.

Ainda que o Iphan e os Wajãpi tenham construído juntos estratégias para lidar com essas situações, que são preocupações desde o início do processo de reconhecimento, isso continua a ser um ponto delicado e de atenção na salvaguarda deste bem cultural imaterial e provavelmente continuará a ser. Nisso reside um dos desafios futuros para a gestão do bem cultural: por um lado, restringir a sua circulação, o que pode continuar gerando uma dificuldade de compreensão e o reconhecimento pela sociedade; por outro lado, ampliar a sua divulgação, o que pode também promover conflitos internos ao grupo, em função do uso indiscriminado e inadequado dos grafismos para uso comercial ou meramente decorativo, por parte dos *karaikõ* – como são chamados os não-indios e da inadequada utilização para além das aldeias.

Outro aspecto que a pesquisa realizada para atualização da documentação também ressalta, tendo em vista a Revalidação do bem, é o orgulho que as lideranças jovens adquiriram em serem “detentores” de um bem cultural Registrado. Isto é manifestado, por exemplo, no apreço que sentem em explicar o uso adequado dos grafismos em eventos públicos.

Há indicativos, portanto, de que nesses últimos anos houve à intensificação do processo de transformação dos kusiwarã: de uma linguagem gráfica com funções simbólicas e comunicativas presente, sobretudo, no cotidiano dos wajãpi, os grafismos passaram a se constituir também como uma “marca étnica”, um elemento de afirmação identitária próprio dos wajãpi, na medida em que os distingue dos demais povos indígenas e dos *karaikõ*. Isso demonstra uma ampliação de sentidos atribuídos ao bem cultural para o qual certamente também contribuiu o processo de patrimonialização, pois na certidão de Registro emitida em 2002 é destacado que “as pinturas aplicadas no corpo não são tatuagens nem decalques, nem são marcas étnicas”.<sup>8</sup>

também cópia dos pareceres técnico e jurídico sobre o assunto. Estes documentos encontram-se às fls. 580 a 588 do presente processo. O Processo administrativo sobre esta questão é o de nº 01424.000082/2011-35.

<sup>8</sup> Os pesquisadores do Programa Wajãpi e do Núcleo de História Indigenista - NHII da Universidade de São Paulo foram os responsáveis pela elaboração do dossiê de registro da Arte Kusiwa como Patrimônio Cultural do Brasil - encaminhado ao IPHAN em 2002 - e pela preparação da candidatura das Expressões Orais e Gráficas dos Wajãpi do Amapá para inscrição na lista da Unesco de Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. Nos estudos apresentados ao IPHAN e à Unesco os pesquisadores descrevem como os saberes e

*[Handwritten signatures and initials]*

EM BRANCO

Este processo de ampliação de sentidos já se encontrava em curso à época do Registro, quando foi avaliado que o impacto das transformações sociais, ambientais e econômicas a que este grupo indígena estava sendo submetido desde a década de 1970 havia fortalecido o entendimento, entre os Wajãpi, da diferença que sua condição de “índio” poderia representar. Significativas mudanças de valores já estavam sendo vivenciadas pelas novas gerações naquele momento e, nesse contexto, a arte gráfica e as tradições orais a ela associadas passaram a ser vistas como sinais distintivos do grupo, que evidenciam um “estilo próprio” e enunciam a especificidade dessa comunidade. Nesse sentido, os pesquisadores do Programa Wajãpi e do Núcleo de História Indigenista - NHII da Universidade de São Paulo, responsáveis pela elaboração do dossiê de Registro da Arte Kusiwa como Patrimônio Cultural do Brasil - encaminhado ao IPHAN em 2002, constataram que a valorização interna das pinturas corporais havia crescido a partir de sua utilização para marcar fronteiras simbólicas e políticas e tornou-se um dos elementos mais significativos da autoimagem construída pelos Wajãpi do Amapá.

Esta Comissão interpreta o fenômeno acima mencionado como uma alteração própria à denominada “dinâmica do bem cultural” que envolve a atribuição de novos valores ao bem cultural. Assim, para fins de desenvolvimento de futuras ações de salvaguarda, importa efetivamente considerar como essa ampliação de valores atribuídos pode afetar as condições indispensáveis para a significação atribuída aos *kusiwarã* e para a transmissão dos saberes associados à produção desses grafismos.

Nos dias de hoje, segundo a pesquisa desenvolvida para a Revalidação, quanto à atribuição de valor aos *kusiwarã*, podem-se identificar duas ênfases distintas: uma nos benefícios da pintura corporal, fundamental para a garantia da saúde e da juventude do corpo, o que para os indígenas é sinônimo de “beleza”; outra, motivada pelo “efeito diferenciador” que a composição com os grafismos imprime ao corpo, transformando-o, protegendo e o escondendo dos “maus espíritos”, além de identificar a pessoa com um de seus pares, como “um wajãpi”. Assim, conforme dados interpretativos do relatório produzido, o uso das pinturas corporais teria o condão de ativar relações, de maneira que o valor que os wajãpi dão aos grafismos precisa ser observado a partir dos variados contextos em que são usados, seja a partir da relação de gêneros, entre humanos e não-humanos, ou no intercâmbio com o mundo externo.

Esta última relação, como observa a pesquisa, tem gerado uma tomada de consciência pelos wajãpi do valor dos *kusiwarã* como um marcador de identidade em relação aos não-índios, em suas

---

práticas criadoras de significados culturais, como o sistema gráfico wajãpi e as suas narrativas orais, que inicialmente não eram associados à identidade do grupo ou vistos como “patrimônio” transformaram-se em marcas identitárias distintas.

Mo. [assinatura]  
10 [assinatura]

EM BRANCO

incursões à cidade, por exemplo. De maneira que dentre as inúmeras atribuições de valor aos grafismos que os pesquisadores recolheram das entrevistas nas aldeias, as mais recorrentes são ornamentar e enfeitar o corpo, ficar bonito, alegre, não ficar velho, fortalecer o corpo, espantar, não pegar espíritos ruins, ir à reunião grande, à festa, diferenciar e transformar o corpo.

Outra modificação constatada foi a de que atualmente é forte a tendência de utilização do *kusiwarã* em objetos artesanais comercializados pelos wajãpi. A utilização dos desenhos em objetos tem se ampliado dentro desse novo contexto de comercialização de tipoias, peças decorativas, etc. Ainda assim, é mantida a diferenciação quanto ao uso dos padrões específicos para homens, mulheres e crianças. A documentação referente à época do Registro já demonstra que isso vinha ocorrendo. A continuidade e o fortalecimento desse tipo de uso dos *kusiwarã* em objetos de comercialização para fora do grupo podem ser também compreendidos como parte do processo de afirmação identitária dos wajãpi do Amapá.

Ainda com relação aos novos usos da pintura corporal, os pesquisadores wajãpi descrevem a questão da atração das jovens pela utilização da maquiagem industrializada, em substituição aos insumos tradicionais do urucum, do jenipapo e das resinas naturais. Entretanto, da síntese que elaboram, a percepção e os quantitativos levantados pelos questionários mostram uma utilização parcimoniosa desses produtos externos dos *karaikõ*.

A folclorização e a mercantilização dos saberes tradicionais associados a esta expressão cultural, conforme apontado no Dossiê de Registro do bem cultural, favorecem o processo de esvaziamento de seus conteúdos simbólicos. Entretanto, conforme apontado acima, é preciso considerar nestes fenômenos a dinâmica de transformação do bem cultural com a agregação de novos valores à prática cultural. Ou seja, nesses processos é possível entrever um esforço de apropriação positiva pelos wajãpi dessa dimensão comercial de sua arte gráfica e com isso estabelecer novos sentidos que requalificam esse processo.

No que tange à transmissão dos saberes relacionados à Arte Kusiwa, a pesquisa menciona que os wajãpi têm claro que algumas famílias já não fazem uso das pinturas corporais. Embora a maioria dos entrevistados acredite que a prática permanecerá viva entre as próximas gerações, notou-se, entre alguns, certa apreensão se entrará ou não em desuso no futuro devido à perda dos saberes associados aos padrões gráficos (f. 274v):

*Antigamente, eu gostava muito de me ornamentar, agora estou vendo que os jovens não usam nada de jenypa kusiwarã e urucum. Os jovens usam só roupa dos karaikõ em vez de usar jenypa, kusiwarã e urucum. Por isso os corpos dos jovens ficam bem branquinhos mesmo."*

E ainda, em outro depoimento:

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

EM BRANCO



*É melhor ensinar mais os jovens sobre o uso do kusiwa. Aconselhar para não ficarem desanimados e dizer para eles que os velhos, quando eram jovens, sempre gostavam de cuidar dos corpos e se embelezavam, cuidavam sempre. Toda manhã usavam o urucum e o sipy. É melhor dizer para os jovens: alegrem-se!*

Dois outros fatores que podem interferir nas condições de continuidade da Arte Kusiwa foram destacados. Em primeiro lugar, o fato de que alguns grupos não estariam mais promovendo as suas festas tradicionais, momentos estes especiais em que os wajãpi se enfeitam e quando os conhecimentos relacionados aos grafismos são transmitidos aos mais jovens. Outro fator, o da dificuldade na formação de novos pajés, líderes espirituais importantes na manutenção daqueles saberes, além de serem os únicos capazes de acessar as “gentes”, os não-humanos, os verdadeiros “donos” dos kusiwarã.

Segundo relatório de atividades do projeto denominado “Jane Ypy. Documentação dos Saberes Wajãpi sobre a formação da Terra e da Humanidade”, desenvolvido entre os anos de 2012 e 2014, por meio de parceria estabelecida entre pesquisadores Wajãpi, Iepé, Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo, Iphan e o setor de arqueologia do Instituto Estadual de Pesquisas do Amapá-IEPA, os saberes tradicionais Wajãpi têm sido “silenciados”. Aponta, ainda, que há cerca de dois anos vem crescendo na Terra Indígena Wajãpi a atuação de missionários evangélicos da Missão Novas Tribos do Brasil-MNTB.

Em função desse avanço da pregação evangélica, várias famílias – e vários membros da turma de pesquisadores Wajãpi participantes desse projeto – estariam colocando em dúvida as explicações dos mais velhos acerca do ‘começo dos tempos’, especialmente no que diz respeito às transformações inerentes à condição humana que são detalhadamente explicadas nas narrativas tradicionais e consistem em preceitos de comportamento, visando à boa convivência com os ‘donos’ da floresta, das águas, das pedras, etc.

Ou seja, às ameaças acima apontadas com relação à perda dos saberes associados aos grafismos soma-se, nos dias de hoje, a intensificação da presença do discurso evangelizador nas terras indígenas. Na síntese dos debates ocorridos nas reuniões comunitárias realizadas no escopo do projeto de pesquisa da SAMI, com a finalidade de informar os Wajãpi acerca da anuência para a Revalidação do título, há uma descrição de como a “religião” surgiu nas discussões. Tal relatório apresenta, de forma sintética, os diferentes posicionamentos que teriam surgido sobre o assunto em uma das reuniões comunitárias realizadas:

Fala-se em “conhecimento escolar” e “conhecimento religioso”, no mesmo plano em que se fala em “conhecimento wajãpi”, a que ambos se opõem em vários aspectos, e que vão enfraquecendo o wajãpi reko. Algumas intervenções referiram-se à dificuldade de conciliar “dois caminhos”, o dos Wajãpi e o dos karaiçõ, outras insistiam na possibilidade e necessidade de fazê-lo, juntando os conhecimentos na escola, estudando e aprendendo com

EM BRANCO

os avós. Entre os já convertidos contemporização: missionários não nos impedem de fazer nada, afirmam, só não querem que brigemos, e ajudam – na saúde, por exemplo.<sup>9</sup>

Ações de promoção e valorização dos conhecimentos tradicionais wajãpi relacionados à significação de seus padrões gráficos precisarão necessariamente considerar estas novas tramas de relações de indivíduos e grupos de wajãpi com este e outros grupos de missionários que tem atuado junto a grupos indígenas na Amazônia.

Importante ressaltar que o reconhecimento desse bem cultural pelo Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil e pela Unesco como Patrimônio da Humanidade foi não apenas do grafismo em si, mas também das expressões orais, das narrativas cosmológicas desse povo indígena. A coordenação do projeto Jane Ypy avaliou que:

Um dos efeitos deste projeto foi de evidenciar o processo de sedução exercido pelas afirmações evangélicas e que levam alguns dos pesquisadores indígenas a negar os efeitos da existência desses donos, duvidando das possibilidades de transformação que resultam do encontro com esses 'donos', tanto aquelas ocorridas no começo dos tempos como as que se perpetuam até hoje. Inversamente, alguns pesquisadores encontraram nas experiências propiciadas por este projeto a possibilidade de um contraponto a esse movimento, evidenciando não só a riqueza e a importância das narrativas orais, como as 'provas' de que os saberes dos antigos dão conta da conformação atual da terra e da humanidade. Nesse sentido, a pesquisa terá um desdobramento significativo, através da incorporação de seus resultados na elaboração, em curso, do Plano de Gestão da Terra Indígena Wajãpi.<sup>10</sup>

No Dossiê IPHAN produzido por ocasião do Registro da Arte Kusiwa como Patrimônio Cultural do Brasil é claramente descrito que este ato não se traduziu apenas no reconhecimento do valor e contribuição desse bem imaterial à formação da cultura e sociedade brasileiras, mas principalmente em um esforço de preservação da cultura tradicional wajãpi:

O valor excepcional desta forma de expressão gráfica deriva de sua capacidade de gerar infinitas composições, criações sempre inéditas, elaboradas a partir de um repertório de temas e motivos que testemunha a relação particular construída por este grupo com o seu meio social e ambiental. A decoração da pele, de objetos ou de folhas de papel abre a possibilidade de múltiplas combinações, tanto quanto estão sempre abertas as alternativas para interpretar oral e localmente, experiências de relacionamento entre os seres e grupos que habitam este mundo.

*Não é a linguagem em abstrato que interessa salvaguardar ou revitalizar, mas seus modos de execução – ou seja, sua capacidade de combinação e atualização – em conformidade com uma tradição reconhecida pelos membros mais idosos do grupo Wajãpi do Amapá. [...] Assim, é essencial considerar o caráter integrado das práticas artísticas das*

<sup>9</sup> Moisés, Beatriz Perrone. Síntese dos Debates ocorridos nas Reuniões Comunitárias. Relatoria. Novembro, 2014. Anexo 4 do Relatório Final apresentado pela SAMI ao Iphan (às fls. 338 a 342v do processo).

<sup>10</sup> Cópia do relatório completo das atividades desenvolvidas por este projeto consta às fls. 257 a 352 do presente processo. No escopo do projeto foram realizadas viagens aos lugares mencionados nas narrativas orais Wajãpi, como, por exemplo, um sítio onde se localiza Ypavu – uma lagoa formada pela Cobra Grande, próxima a uma antiga aldeia hoje abandonada. Dessas visitas participaram os “conhecedores”, homens e mulheres mais velhos, de forma a promover o diálogo entre as diferentes gerações.



EM BRANCO



150  
Rubrica

*sociedades indígenas, como é o caso dos Wajãpi do Amapá, para quem a arte gráfica e a arte verbal não são para contemplação, mas para transmissão de valores.<sup>11</sup>*

O aspecto acima aponta para os sentidos da preservação do patrimônio cultural de natureza imaterial: não se trata de preservar o bem cultural per si, mas principalmente de procurar viabilizar e/ou garantir os meios e as condições que permitem a continuidade de sua existência e a valorização e difusão entre os próprios wajãpi dos saberes associados aos grafismos é um dos elementos chave para garantia da continuidade do bem.

Nesse sentido, destacamos que a ideia de “arte”, presente no título conferido ao bem, também foi discutida ao longo do processo da avaliação participativa promovida para a Revalidação. No relatório final gerado pela pesquisa da SAMI, aponta-se para a redução das expressões gráficas e orais dos wajãpi à categoria de “arte” como um dos efeitos controversos do Registro como Patrimônio Cultural do Brasil. Ao se examinar as publicações jornalísticas à época da inscrição do bem, bem como os livros didáticos que buscaram retratá-la, via de regra a manifestação cultural é qualificada e reduzida tão somente a uma pintura corporal e de objetos que figuram animais e “seres da floresta”, feitas por “artistas” indígenas.

Interessante notar a apropriação da denominação “arte” por alguns wajãpi – especialmente professores, pesquisadores e jovens lideranças – que a utilizam com alguma frequência quando se dirigem aos *karaiikõ*, segundo o levantamento realizado. Entretanto, ao usarem essa categoria – que não existe nem no pensamento nem na língua wajãpi –, encontram dificuldade para explicar que se trata menos de um produto acabado (os grafismos), mas sim de um modo específico de conhecimento que está relacionado ao xamanismo e a modos específicos de relacionar humanos e não humanos, etc. Raramente conseguem ser compreendidos. Por isso, acabam por adotar o termo “arte”, que utilizam então para enunciar que se trata de uma “marca” do povo Wajãpi. (Relatório Final, p. 62 ).

Contudo, essa modalidade de enunciação da diferença cultural representaria parte significativa dos efeitos positivos do Registro, na medida em que o termo “arte”, apesar de não possuir tradução exata na língua e no pensamento wajãpi, exerce uma função mediadora entre o universo cultural desse povo indígena e a sociedade envolvente. Conforme o relatório da pesquisa para Revalidação (p. 21), pesquisadores wajãpi, para referirem-se, em língua portuguesa, aos padrões que os antepassados aprenderam imitando as formas perceptíveis na pele, na pelagem, no casco, na ossatura ou armadura de diversos seres, preferem o termo “marca” a termos como “representações”, “ícones” ou “símbolos”. Assim, a denominação de “arte” que primeiramente teve um efeito reducionista, foi reapropriada pelos wajãpi como um meio para a tradução cultural.

<sup>11</sup> Arte Kusiwa: pintura corporal e arte gráfica wajãpi. Dossiê IPHAN 2. 2ª edição. Brasília, DF, Iphan, 2008, pp. 88-89 (Grifos nossos).

EM BRANCO



Esse processo de “tradução cultural” e mediação política foi recorrentemente abordado nas ações de salvaguarda voltadas à formação de pesquisadores wajãpi. Conforme discutido por Brayner (2012)<sup>12</sup>, mais do que tradutores, os pesquisadores wajãpi tem exercido um papel político importante, pois em diversas situações atuam como agentes capazes de articular e mobilizar parceiros e de contribuir efetivamente em enfrentamentos em que comumente é preciso reverter lógicas culturais que lhes são alheias e prejudiciais. Os pesquisadores wajãpi, em diálogo com juristas, antropólogos e agentes governamentais, têm oferecido contribuições determinantes para o processo coletivo de construção de um melhor entendimento e interpretação acerca do papel do Estado, da política de preservação do patrimônio cultural, do sistema jurídico de proteção de direitos difusos: temas extremamente complexos que vêm sendo assimilados, digeridos e devolvidos por esses pensadores a pessoas de outros sistemas culturais.

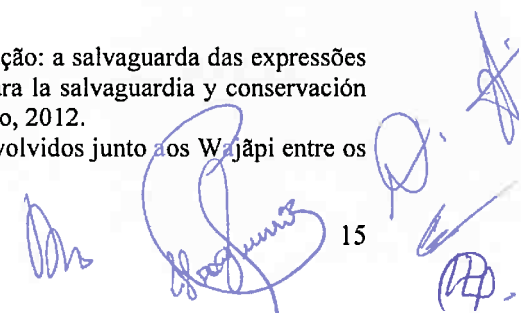
Nesse sentido, a documentação levantada e produzida durante o processo de Revalidação revela resultados positivos das ações de salvaguarda desenvolvidas nos últimos anos, em destaque o processo de formação dos pesquisadores wajãpi<sup>13</sup>, a implantação de um Centro de Documentação e Formação de Pesquisadores na Terra Indígena Wajãpi e a produção de materiais didáticos sobre sua própria cultura para as escolas indígenas. Nas ações desenvolvidas junto aos wajãpi para a salvaguarda da Arte Kusiwa observa-se como objetivo central a busca pelo fortalecimento da capacidade dos detentores desta tradição de se contrapor a iniciativas danosas à sua cultura e ao seu patrimônio cultural.

Algumas destas ações ocorreram no campo da mediação institucional que, conforme princípios orientadores da política de salvaguarda do patrimônio imaterial, é sempre realizada de maneira articulada com os próprios detentores e respeitando suas decisões coletivas. Mediações estas desenvolvidas tanto pelo Iphan, nas situações de promoção e proteção do patrimônio cultural, como também por instituições parceiras, governamentais e não-governamentais (Funai e Museu do Índio, NHII/USP, Iepé, entre outras) que buscam contribuir com a manutenção do modo de vida tradicional wajãpi por meio do apoio às lutas cotidianas em prol de direitos relacionados à dignidade humana (educação, saúde, direitos culturais, etc).

Destacamos esses aspectos, pois avaliamos que são elucidativos e auxiliam na compreensão das transformações que o bem cultural em tela passou nos últimos dez anos. Possibilitam destacar as potencialidades e impactos do Registro, assim como a maneira pela qual a comunidade detentora se apropriou desse instrumento e destaca sua agência frente a processos mais amplos. Apresenta

<sup>12</sup> BRAYNER, N. G.. Direitos culturais, afirmação identitária e patrimonialização: a salvaguarda das expressões orais e gráficas dos Wajãpi no Amapá. In: "La transmisión de la tradición para la salvaguardia y conservación del Patrimonio Cultural". Instituto Nacional de Antropología e História, México, 2012.

<sup>13</sup> Ver relatórios de cumprimento de objeto dos projetos de salvaguarda desenvolvidos junto aos Wajãpi entre os anos de 2004 e 2014.





EM BRANCO

também a importância das ações de apoio e fomento ao bem Registrado para fortalecer a comunidade e buscar garantir com isso a continuidade da prática do bem cultural imaterial.

A pesquisa para a Revalidação destacou também outros desafios ainda a superar pelo Iphan e pelo governo federal de forma geral na busca de uma ação protetiva mais efetiva do *jane reko*, do modo de vida tradicional wajãpi, essencial à salvaguarda dos kusiwarã e que está diretamente vinculado à garantia de direitos culturais e patrimoniais deste povo indígena. Isto é especialmente importante, pois a salvaguarda da tradição cultural do kusiwa se configurou ao longo dos últimos anos como um processo metonímico na medida em que sua preservação depende da preservação da cultura tradicional do povo wajãpi como um todo, conforme explicitado no Relatório Final da pesquisa desenvolvida pela SAMI e também no documento técnico da Coordenação Geral de Salvaguarda “Avaliação Preliminar da Política de Salvaguarda de Bens Registrados: 2002-2010” (fls. 356 às 357 do presente processo).

No caso da salvaguarda do patrimônio cultural Wajãpi visando à preservação do *jane reko*, estratégias diversificadas foram elaboradas para o enfrentamento desta questão, como, por exemplo, a criação, ainda em 2005, do Conselho Consultivo do Plano de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial Wajãpi com participação de outros órgãos federais e estaduais que desenvolvem políticas que afetam diretamente a vida cotidiana dos wajãpi, como as políticas educacionais diferenciadas. Tal estratégia alcançou resultados importantes em anos mais recentes (2013 e 2014) como nos indicam os dados levantados pelo Relatório Final de pesquisa da SAMI (p. 70):

Nestes embates – especialmente, na gestão das relações com a Secretaria de Estado de Educação – o Conselho Consultivo do Plano de Salvaguarda Wajãpi (CPSP1W) teve um papel determinante. Esse conselho, criado em 2005, é presidido pelo Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina e integrado por representantes dos Wajãpi, do Iepé, do IPHAN, da Funai/Museu do Índio, do Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo, da Secretaria Estadual de Educação do Amapá e da Universidade Federal do Amapá. Os representantes da SEED compareceram à primeira reunião em 2005 e depois cessaram de participar até 2013.

O diálogo foi reestabelecido graças notadamente à intermediação dos representantes do IPHAN, da Procuradoria da República e sobretudo das pressões dos próprios Wajãpi. Buscando fortalecer a articulação entre as ações de valorização cultural e a educação escolar, em 2013 o Iepé e o Apina ativaram intensamente o Conselho Consultivo, para dialogar com a SEED a respeito da necessidade de atender à legislação que garante aos povos indígenas o direito a uma escola diferenciada. Através de um documento enviado ao governador e à secretária de educação, o Conselho conseguiu que a Secretaria comparecesse a suas reuniões (algo que não ocorria desde 2005) e apresentou a proposta de criação de um Grupo de Trabalho interinstitucional para apoiar os Wajãpi na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) de suas escolas, dando continuidade a um trabalho já iniciado nos cursos de formação de professores realizados pelo Iepé. Embora a SEED não tenha atendido a demanda de oficialização do GT, seu representante compareceu às duas reuniões do grupo realizadas em 2013 e participou das discussões sobre o PPP das Escolas Wajãpi.

Neste contexto, o desafio da real implementação de uma educação escolar diferenciada para os wajãpi foi apontado, tanto no dossiê de Registro quanto na pesquisa produzida para a

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

EM BRANCO

Revalidação. Esse desafio ainda demanda do IPHAN uma capacidade de articulação maior que a atual, pois é necessário promover essa pauta de forma consequente junto aos órgãos competentes nas três esferas federativas.<sup>14</sup>

Por fim, conforme explicitado nas falas dos pesquisadores Jawaruwa Wajãpi e Rosena Wajãpi na V Reunião do Conselho Consultivo do Plano de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, em 27 de março de 2013, a Revalidação do bem cultural representa o início de um novo ciclo para o a salvaguarda desse bem cultural:

*Então a gente já colocou todos os trabalhos que fizemos nesses 10 anos, então agora colocamos nossas expectativas em relação ao IPHAN: nos apoiar para impedir o uso sem consulta dos Kusiwa; ajudar a pressionar o GEA para implantar educação escolar diferenciada com qualidade nas nossas aldeias; dar continuidade às atividades de formação de pesquisadores e cinegrafistas wajãpi; apoiar atividades de divulgação e defesa de nossos direitos culturais, como produção de livros, palestras e exposições. (Rosena Wajãpi)*

*Já passaram dez anos, então temos um plano para mais dez anos. Queremos que nossos jovens de 15 anos saibam fazer algumas coisas daqui a dez anos: fazer alguns tipos de festas; fazer roças; construir alguns tipos de casa; pescar e caçar; mudar o lugar das aldeias; fazer alguns tipos de utensílios (como tipiti, matura etc.); respeitar as lógicas e regras de resguardo (da primeira menstruação, dos filhos recém nascidos e das pessoas doentes); estar terminando o Ensino Fundamental, no ensino diferenciado nas aldeias; controlar o uso da bebida alcoólica na cidade; usar computador; pilotar motor; comparar os conhecimentos dos Wajãpi e dos não índios; escolher alimentação saudável dos índios; gostar de ouvir e aprender a fazer explicação sobre a lógica dos Wajãpi. (Jawaruwa Wajãpi)*

#### 4. Conclusão

Por ser uma expressão cultural de longa continuidade histórica que, todavia, encontra-se em constante processo reelaboração, sendo uma tradição que se reitera e se atualiza;

Por ser uma referência cultural que vem sendo exercida e abarca a identidade, a ação e a memória de um dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;

Por continuar sendo uma referência cultural importante para o povo Wajãpi e que se comunica amplamente com todo o povo brasileiro pela sua capacidade de ressonância;

<sup>14</sup> Aqui cabe mencionar a baixa efetividade do pacto federativo no Brasil, explícita na dificuldade de órgãos locais (estaduais e municipais), e mesmo de outros órgãos federais, incorporarem, em suas políticas públicas, o respeito aos direitos culturais dos povos indígenas e o dever de salvaguardar o patrimônio cultural, diretrizes do Ministério da Cultura e do Iphan. As iniciativas acima apontadas atendem às diretrizes de salvaguarda que, ao longo dos últimos dez anos, este DPI buscou construir de maneira sistemática a partir de uma ampla articulação intra e interinstitucional com detentores e sociedade civil e por meio da avaliação de experiências de apoio e fomento realizadas para os bens Registrados de forma geral.

EM BRANCO

Considerando que essa expressão cultural somente continuará existindo para seus detentores se estes souberem lidar com as contradições dos atuais contextos de transformação desses saberes e práticas e que as ações de salvaguarda têm contribuído de maneira determinante para este fim, somos favoráveis à Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil da **Arte Kusiwa - arte gráfica e pintura corporal Wajápi**, inscrito em 2002 no Livro de Registro das Formas de Expressão.

É este o parecer.

Brasília, 02 de setembro de 2016.

  
**Pedro G. Morgado Clerot**

Antropólogo

Matr. SIAPE 1538318

Coordenação-Geral de Identificação e Registro

  
**Natália Guerra Brayner**

Historiadora

Matr. SIAPE

Coordenação-Geral de Salvaguarda

  
**Djalma Guimarães Santiago**

Historiador

Matr. SIAPE 1813822

Superintendência do Iphan no Amapá

De acordo.

À Coordenação-Geral de Identificação e Registro,  
Para os demais encaminhamentos.

Em 05 de setembro de 2016.



**Diana Dianovsky**

Coordenadora de Registro

De acordo.

À Direção do DPI,

Para os demais encaminhamentos.

Em 06 de setembro de 2016.

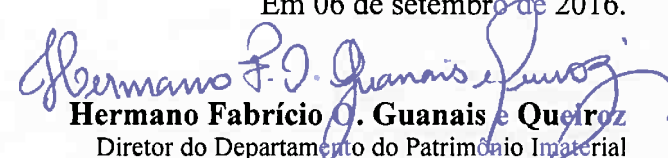
  
**Deyvesson Gusmão**

Coordenador-Geral de Identificação e Registro

De acordo.

À reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial  
para conhecimento.

Em 06 de setembro de 2016.

  
**Hermano Fabrício O. Guanais e Queiroz**  
Diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial